

Governador quer entregar terras griladas de reserva ambiental para latifundiários de Rondônia



Região grilada do Parque Estadual Guarajá-Mirim destruída por latifundiários para criação de gado para exportação. Foto: Luiz Martins/ Rede Amazônica

O reacionário governador de Rondônia, coronel Marcos Rocha, alinhado à extrema direita bolsonarista, quer legalizar a entrega de mais de 11 mil hectares da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual de Guajará-Mirim a latifundiários grileiros da região.

O crime flagrante, indevidamente chamado de “projeto de lei”, é ainda mais escandaloso do que parece, uma vez que a reserva extrativista e o parque estadual em questão situam-se nas proximidades da reserva indígena Karipuna – a 9ª mais desmatada do país devido aos ataques do latifúndio.

Se aprovada, a entrega das áreas protegidas vai potencializar ainda mais as já frequentes invasões de latifundiários grileiros contra as terras indígenas na região.



Área de pasto invadida ao redor do território indígena Karipuna após queimada promovida por latifundiários. Foto: Fábio Tito/G1

A Reserva Extrativista localiza-se entre os municípios de Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré, ao passo que o Parque Estadual ocupa parte dos municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

O interesse dos latifundiários invasores de se apossarem ilegalmente da área de proteção vêm de muitos anos. No ano de 2014, os ricos grileiros tentaram inclusive anular judicialmente a criação da Reserva Extrativista, datada de

1998.

Sem obter sucesso na empreitada, os invasores tiveram a audácia de pedir indenizações como contrapartida para deixarem as terras roubadas da união.

A intenção de dar os milhares de hectares roubados para os latifundiários ladrões de terra de Rondônia foi revelada em um discurso cometido pelo governador reacionário em um vídeo postado na internet, no qual este aparece ao lado do secretário de Desenvolvimento Ambiental do Estado, o policial penal Elias Rezende de Oliveira, também da extrema direita.

Durante o vídeo, o bolsonarista Marcos Rocha ainda anuncia descaradamente que este seria o primeiro de uma série de ataques, disse que pretendem reduzir o tamanho de outras reservas onde há “conflitos sociais e ambientais”.

Assim, de maneira cínica e hipócrita, o governador rondoniense aponta como resolução para os crimes de invasão cometidos por latifundiários a premiação dos criminosos com o fruto do roubo.

Aí está a defesa pública do crime! Mais uma prova incontestada da política pró-latifúndio de um velho Estado podre até a medula.

Ao mesmo tempo em que este Estado antipovo e a imprensa lixo do latifúndio não perdem uma oportunidade de criar alardes e criminalizar a luta camponesa pela terra sob o pretexto da “defesa do meio ambiente”, “proteção ambiental” e outras enganações mais, tratam a escandalosa entrega de áreas extrativistas a latifundiários por eufemismos como “alteração de limites de reserva” e “projeto para redução de área de reserva”.

São esses mesmos órgãos do velho Estado que perseguem e criminalizam camponeses sem-terra e com pouca terra em busca de terra, trabalho e moradia quando estes se organizam para ocupar terras públicas roubadas por ricos latifundiários, os órgãos que empenham esforços para entregar áreas indígenas e ambientais para os ricos latifundiários e seus bandos de pistolagem.

Ademais, estas medidas criminosas contra o patrimônio da União, se aplicam justamente na região onde milhares de posseiros sobrevivem trabalhando a terra, onde seguem crescentes as ocupações por centenas de famílias camponesas sem-terra, como o acampamento Tiago dos Santos e Dois Amigos. Massas trabalhadoras que têm resistido bravamente aos brutais despejos realizados pelas tropas da polícia militar para proteger criminosos latifundiários, como o conhecido Antônio Martins, vulgo galo velho, elemento já condenado pelo próprio judiciário dos tubarões, por ter grilado terras e comprado sentença de juiz corrupto que ilegalmente conferiu reconhecimento de “terra produtiva”, em terras de pura mata. Para não falar das suspeitas operações de unidades do exército no entorno de União Bandeirantes, com as quais visa intimidar a população e espalhar boataria, difamando e acusando a LCP de crimes que latifundiários e seus pistoleiros, autoridades do velho Estado e sua polícia cometem. Da mesma forma a polícia federal, após anos de desmatamentos no território indígena Karipuna, neste momento de embates dos camponeses sem-terra com o latifundiário ladrão de terras da União, galo velho, também realiza operações sob pretexto de desarticular “quadrilhas de

invasores de terra” para vender lotes.